

Relatório e Contas

Exercício

de

2014

FUNDAÇÃO ENGENHEIRO ANTÓNIO PASCOAL

- Assistência - Educação - Cultura -
- Aveiro -

u
L
A

I = Introdução

1. Em 2014 a Fundação continuou a ver melhorar a sua situação financeira. Por essa razão foi possível aumentar o volume de alguns dos apoios financeiros atribuídos, nomeadamente na componente social, e identificar novas áreas de acção. Na linha do que tem vindo a ser feito nos últimos anos, a Fundação colocou a sua sede ao serviço da comunidade para a realização de encontros e reuniões de diferentes actores, procurando assim manter alguma notoriedade no meio local.

II = Actividade Geral

A) Gestão Administrativa

2. No âmbito da organização, do funcionamento e da política geral, a Fundação actuou em moldes exactamente iguais aos que vinha praticando, mantendo a sociedade de Carlos Teixeira, Noé e Associado SROC, Lda, através do Senhor Dr. Jorge Ribeiro como revisor de contas.

Quanto aos colaboradores mais próximos – D. Maria Lisete Amado e Dr. Fernando Manuel Brito – continuaram a exercer as suas funções com as já habituais competência e disponibilidade.

3. Alguns dos protocolos de cooperação oportunamente assinados, continuaram a ser os pilares mais importantes da actividade desenvolvida, nomeadamente os relacionados com a vertente educativa. No entanto, face à melhoria financeira, os apoios financeiros entregues às entidades de solidariedade social foram reforçados. Iniciou-se um trabalho de cooperação com o Museu Marítimo de Ilhavo no sentido de se produzirem alguns componentes relacionados com a actividade marítima...

Os restantes, apenas os que não implicam compromissos financeiros continuaram activos.

4. Em 2014, foram efectuadas algumas obras de recuperação de património nomeadamente na Figueira da Foz e Barra. Salienta-se também que houve forte quebra no rendimento do referido património fruto também das dificuldades económicas que ainda se sentem.

Foi também contratada o arranjo da sala grande do r/c da sede da Fundação.

5. Relativamente à Figáqua, não houve alteração da sua situação. Salienta-se contudo que deixamos de ter encargos com a sociedade.

B) Gestão Económica e Financeira

6. A actividade da Fundação depende, acima de tudo, dos meios financeiros de que dispunha, e estes exigem contenção nos gastos e aumento possível das fontes de rendimento existentes – rendas dos imóveis dados de arrendamento, e juros provenientes das aplicações financeiras.

Assim, quanto às despesas, tem sido preocupação dominante reduzi-las ao indispensável. Salienta-se, no lado positivo, a evolução do rendimento do fundo, conforme se poderá observar nos pontos subsequentes.

A

C) Gestão dos meios aplicados nos fins estatutários

7. Apesar da contenção financeira, não se deixaram de cumprir as obrigações estatutárias nomeadamente no que se relaciona com os prémios escolares.

8. Na rubrica dos Prémios Escolares ao ensino não universitário, estes atingiram o valor de 3.000€ incluindo o prémio atribuído ao Conservatório de Música no seu concurso de piano. Mais detalhes podem ser encontrados no **Anexo I**.

9. Na rubrica de apoio ao sector de assistência, foram retomados os habituais apoios, aumentando o volume financeiro relativamente ao ano anterior. Para além disso, Fundação cumpriu com o pagamento de quotas a entidades de que o Fundador era sócio.

Na área da educação manteve-se a cooperação com a Universidade de Aveiro no que se refere a atribuição das bolsas (2.500 euros).

No protocolo estabelecido com o Museu Marítimo de Ilhavo através da CMI, ficou comprometida uma verba de 30.000€ para um trabalho de investigação durante 2 anos. Do valor comprometido foi feito, em 2014, um adiantamento de 50%.

O anexo II reflecte os apoios atribuídos no decorrer de 2014 nos diferentes sectores.

D) Contas do Exercício

10. Em 2014, os rendimentos totalizaram € 188.743,85, sendo que € 182.562,00 correspondem a meios líquidos entrados na Fundação (€ 25.017,16 de rendas prediais, € 139.823,94 de rendimentos do FEIMF, € 16.443,90 de juros obtidos e € 1.277,00 de indemnização de seguro) e os restantes € 6.181,85 correspondem a variações positivas da carteira de títulos que compõem o Fundo de Gestão Passiva (BPN).

Os gastos gerais ascenderam a e € 77.072,24, aos quais devem ser acrescidos € 25.447,69 de depreciação e amortização dos activos fixos tangíveis e das propriedades de investimento.

Como é do conhecimento de todos, está a decorrer um processo judicial movido contra a Fundação pelo antigo inquilino da R. Cândido dos Reis, onde é pedida uma indemnização por danos provocados por águas pluviais, no valor de € 62.845,70.

Considerando a possibilidade de condenação, foi neste exercício constituída uma provisão contabilística, como medida cautelar, tendo sido estimado um valor correspondente a 75% da indemnização reclamada (47.134,50)

Além dos rendimentos gerados pelo Fundo acima indicados, foram efectuadas amortizações de capital no montante de € 291.808,26.

Foi também efectuado o reembolso de capital relativo à garantia do Estado, tendo a Fundação recebido o máximo previsto - € 250.000,00, isto é, foi recuperado o total de € 541.808,26 do investimento inicial no extinto BPP.

11. O resultado do exercício de 2104, antes de impostos, atingiu o valor de € 39.089,42, e o resultado líquido fixou-se em € 36.568,15 após impostos.

12. No exercício em análise, e como sempre se tem verificado:

a) não se contraiu qualquer empréstimo externo

b) não há dívidas ao Estado nem à Segurança Social;

c) não há débitos relativos a salários, avenças, fornecimentos e serviços contratados;

FUNDAÇÃO ENGENHEIRO ANTÓNIO PASCOAL

- Assistência - Educação - Cultura -
- Aveiro -

U
L
A

13. Constan dos Anexos III IV V e VI os desenvolvimentos das notas referidas no Anexo VII. No Anexo IX está o Relatório anual do R.O.C., no Anexo X a Certificação das Contas e no Anexo XI o Relatório e Parecer do Fiscal Único, documentos estes aqui dados como integralmente reproduzidos.

14. Conforme referido no início, a Fundação facilitou e promoveu a utilização das instalações da sua sede para a organização de encontros/reuniões, não só no sentido de se promover junto da comunidade mas também para ir ao encontro de necessidades identificadas na oferta de espaços adequados e disponíveis para serem utilizados para estes fins.

No ano de 2014 foram realizadas as seguintes reuniões de entidades externas:

Data	Entidade(s)	Nº de participantes
10-1-14	Reunião de pólos e clusters reconhecidos	17
23-1-14	WS-sector tice nos países de língua portuguesa	10
13-6-14	Reunião com a plataforma cidades	6
01-7-14	Reunião com a plataforma cidades	8
15-7-14	Encontros na Ria-Inova-Ria	20
13-9-14	WS Lyonesse/formação	13
15-9-14	Ubiwhere-welcome day	30
29-9-14	Reunião Portugal Clusters	18

15. Não se verificaram quaisquer acontecimentos após o fecho de contas merecedores de referência

16. O acompanhamento permanente da situação relacionada com a gestão do Fundo, permite perspectivar um reembolso de capital no ano de 2015, na parte garantida pelo Estado.

A

FUNDAÇÃO ENGENHEIRO ANTÓNIO PASCOAL

- Assistência - Educação - Cultura -
- Aveiro -

III = Conclusão

17. A melhoria financeira que se perspectiva permite-nos por um lado olhar para o investimento na requalificação do património imobiliário da Fundação e por outro melhorar os apoios às entidades que mais de perto têm colaborado com a Fundação.

18. As perspectivas para 2015 permitem-nos alargar um pouco mais o leque de relacionamento da Fundação com outras entidades.

19. Proposta de Aplicação de Resultados: propõe-se que os resultados líquidos apurados no exercício transitem para a conta de património.


20. Voto de Louvor: propõe-se que sejam louvados os colaboradores mais próximos, D. Maria Lisete Amado e Dr. Fernando Manuel de Brito, pelo zelo e dedicação sempre evidenciados.

21. Votos de Agradecimento –propõe-se:

- aos Exmos Membros do Conselho Geral, pela colaboração e disponibilidade sempre demonstradas;
- ao Exmo Fiscal Único, pelo mérito do seu trabalho e espírito de colaboração patenteados e pelo entendimento das dificuldades financeiras existentes

Aveiro, 4 de Julho de 2015

Conselho de Administração,


António Pascoal
Albino José
António Sérgio de Jesus
Paulinho

FUNDAÇÃO ENGENHEIRO ANTÓNIO PASCOAL

- Assistência - Educação - Cultura -
- Aveiro -

U
M
A

Anexo I

Prémios escolares “Engenheiro António Pascoal”

2013/2014

FRANCISCO DE NOLASCO SANTOS Universidade de Aveiro / Bolsa de Estudo		
GONÇALO ALBERTO R. CARPINTEIRO Universidade Aveiro/Prémio/Mestr Eng ^a Mecânica	16,02 VALORES	
MIGUEL ÂNGELO FERREIRA Esc. Secundária Dr. Mário Sacramento – Aveiro	17,00 VALORES	500,00 €
POMPILIO CARLOS VIEIRA SOUTO Esc. Secundária de José Estêvão – AVEIRO	19,00 VALORES	500,00 €
CRISTÓVÃO DE JESUS RODRIGUES MAIA Esc Secundária Bernardino Machado- FIG. FOZ	17,42 VALORES	500,00 €
EVA ALEXANDRA MARQUES V. DA SILVA Esc. Secundária Homem Cristo	18,00 VALORES	500,00 €
DIOGO MIGUEL GONÇALVES CLEMENTE Esc. Secundária de Cantanhede - Cantanhede	16,70 VALORES	500,00€
LEONARDO FERREIRA MAIA MOÇO Conservatório de Música de Aveiro – Aveiro	20,00 VALORES	500,00 €

A

FUNDAÇÃO ENGENHEIRO ANTÓNIO PASCOAL

- Assistência - Educação - Cultura -
- Aveiro -

U
L
M

Anexo II

Apoios concedidos em 2014

1. <u>Bombeiros Velhos</u> – quota anual	150.00	
2. <u>Bombeiros Novos</u> – quota anual	150.00	
3. <u>Centro Português de Fundações</u> quota anual	500.00	
4. <u>Universidade de Aveiro</u> – protocolo (parcial)	2.500.00	
5 <u>Coral Polifónico</u>	250.00	
6 <u>Igreja da Vera Cruz - Obras</u>	1.800.00	
7. <u>Santa Casa da Misericórdia de Aveio</u>	1.500.00	
8. <u>Santa Casa da Misericórdia de Cantanhede</u>	1,500,00	
9. <u>Santa Casa da Misericórdia da Fig. Foz</u>	1,500,00	
10. <u>Caritas Diocesana</u>	1,500,00	
11. <u>Florinhas do Vouga</u>	1,500,00	

A

Anexo III

• Balanço

BALANÇO INDIVIDUAL EM 31 de Dezembro de 2014

Unid.monetária: Euro

Rubricas	Notas	DATAS	
		31-12-2014	31-12-2013
ACTIVO			
Activo não corrente			
Activos fixos tangíveis	5	760.025,11	775.446,97
Propriedades de investimento	6	985.143,19	995.169,02
Outros activos financeiros	10.3	967.704,48	1.253.069,13
		<u>2.712.872,78</u>	<u>3.023.685,12</u>
Activo corrente			
Estado e outros entes públicos			
Outras contas a receber	10.1	14.548,76	51.080,44
Diferimentos	13.3	870,49	885,04
Outros activos financeiros	10.3	1.250,00	225.044,69
Caixa e depósitos bancários	4.2	1.286.339,16	640.792,69
		<u>1.303.008,41</u>	<u>917.802,86</u>
TOTAL DO ACTIVO		<u>4.015.881,19</u>	<u>3.941.487,98</u>

CAPITAL PATRIMONIAL E PASSIVO

FUNDOS PATRIMONIAIS

Fundos		4.267.208,30	4.267.208,30
Reservas			
Outras Reservas		60.000,00	60.000,00
Resultados Transitados		-408.852,87	-743.154,23
Resultado Líquido do período		36.568,15	334.301,36
Total do Fundo de Capital	10.4	<u>3.954.923,58</u>	<u>3.918.355,43</u>

PASSIVO

Passivo não corrente

Provisões	8	47.134,50	
		<u>47.134,50</u>	<u>0,00</u>

Passivo corrente

Fornecedores		0,00	
Estado e outros entes públicos	10.2	4.273,26	432,80
Outras contas a pagar	13.2	2.592,10	15.007,35
Outros passivos financeiros	10.2	5.681,75	5.732,20
Diferimentos	13.3	1.276,00	1.960,20
Outros passivos financeiros		0,00	0,00

Total do Passivo

60.957,61 23.132,55


TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO

4.015.881,19 3.941.487,98

Aveiro, 16 de Junho de 2015

O Téc. Oficial de Contas,

(Dr. Fernando Manuel Mano de Brito)



O Conselho de Administração

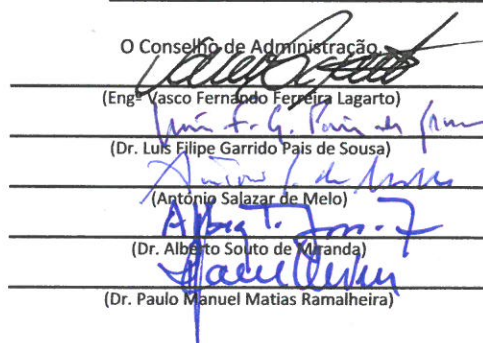
(Eng. Vasco Fernando Ferreira Lagarto)

(Dr. Luís Filipe Garrido Pais de Sousa)

(António Salazar de Melo)

(Dr. Alberto Solito de Miranda)

(Dr. Paulo Manuel Matias Ramalheira)



Anexo IV

- **Demonstração dos resultados
por naturezas**

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL
DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

Período findo em 31/12/2014

Unid.Monetária: Euro


RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	PERIODOS	
		31-12-2014	31-12-2013
Fornecimentos e serviços externos	13.4	-38.651,53	-27.679,11
Gastos com o pessoal	11	-13.936,84	-13.696,87
Provisões	8	-47.134,50	0,00
Aumentos/reduções de justo valor	10.3	6.181,85	115.891,66
Outros rendimentos e ganhos	13.6	182.562,00	327.251,85
Outros gastos e perdas	13.5	-24.483,87	-26.888,29
Resultado antes de depreciações, gastos de financ. e impostos		64.537,11	374.879,24
Gastos/reversões de depreciações e de amortização	5 e 6	-25.447,69	-25.523,67
Resultado operacional (antes de gastos de financ. e impostos)		39.089,42	349.355,57
Juros e gastos similares suportados		0,00	0,00
Resultado antes de impostos		39.089,42	349.355,57
Imposto sobre o rendimento do período	13.2	-2.521,27	-15.054,21
Resultado líquido do período		36.568,15	334.301,36

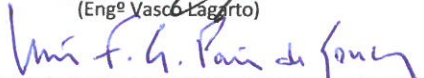
Aveiro, 16 de Junho de 2015


O Téc.Oficial de Contas,



Dr. Fernando Manuel Mano de Brito


O Conselho de Administração,


(Eng.º Vasco Lagarto)


(Dr. Luis Filipe Garrido Pais de Sousa)


(António Salazar de Melo)


(Dr. Alberto Souto de Miranda)


(Dr. Paulo Manuel Matias Ramalheira)

Anexo V

- **Demonstração das alterações no capital próprio**

Fundação Engenheiro António Pascoal

Demonstração individual das alterações no capital próprio no período de 2013 e de 2014

DESCRIÇÃO	Notas	(valores expressos em euros)					
		Capital realizado	Outras reservas	Resultados transitados	Outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período	Total
1 POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO DE 2013 ALTERAÇÕES NO PERÍODO Primeira adopção de novo referencial contabilístico Alterações de políticas contabilísticas Diferenças de conversão de demonstrações financeiras Realização do excedente de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis Excedentes de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis e respectivas variações Ajustamentos por impostos diferidos Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais		4.267.208,30	60.000,00	(743.154,23)	0,00	0,00	3.584.054,07
2 RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3 RESULTADO EXTENSIVO						334.301,36	334.301,36
4=2+3 OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO Realizações de capital Fundos Subsídios, doações e legados Outras operações						334.301,36	334.301,36
5 POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO DE 2013		4.267.208,30	60.000,00	(743.154,23)	0,00	0,00	3.918.355,43
6 POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO DE 2014 ALTERAÇÕES NO PERÍODO Primeira adopção de novo referencial contabilístico Alterações de políticas contabilísticas Diferenças de conversão de demonstrações financeiras Realização do excedente de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis Excedentes de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis e respectivas variações Ajustamentos por impostos diferidos Outras alterações reconhecidas no capital próprio	10.4	4.267.208,30	60.000,00	(408.852,87)	0,00	0,00	3.918.355,43
7 RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
8 RESULTADO EXTENSIVO						36.568,15	36.568,15
9=7+8 OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO Fundos Subsídios, doações e legados Distribuições Outras operações						36.568,15	36.568,15
10 POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO DE 2014	10.4	4.267.208,30	60.000,00	(408.852,87)	0,00	0,00	3.954.923,58
11=6+7+8+10 Aveiro, 16 de Junho de 2015		4.267.208,30	60.000,00	(408.852,87)	0,00	0,00	3.954.923,58

O Técnico Oficial de Contas,
Dr. Fernando Manuel Mano de Brito

O Conselho de Administração,
Eng.º Vasco Fernando Ferreira Lagarto
Dr. Luis Filipe Garrido Pais de Sousa
Antonio Salazar de Melo
Alberto Monteiro
Dr. Alberto Souto de Miranda
Dr. Paulo Manuel Matias Ramalheira

Anexo VI

- **Demonstração dos fluxos de caixa**

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DOS FLUXOS DE CAIXA

Período findo em 31/12/2014


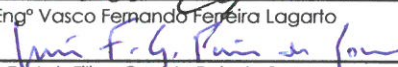
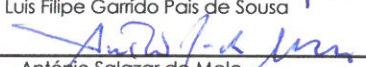
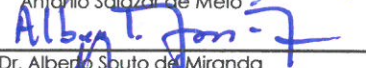
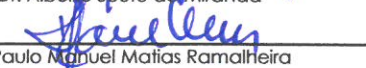
Unid.Monetária: Euro

RUBRICAS	Notas	PERIODOS	
		31-12-2014	31-12-2013
Fluxos de caixa das actividades operacionais			
Recebimentos de clientes e utentes			
Pagamentos de apoios		-16.420,00	-16.420,00
Pagamento a fornecedores		-34.975,63	-27.926,89
Pagamentos ao pessoal		-11.669,08	-11.443,62
Caixa gerada pela operações		-63.064,71	-55.790,51
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		-14.991,22	-3.083,05
Outros recebimentos/pagamentos		8.778,62	-21.906,75
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		-69.277,31	-80.780,31
Fluxos de caixa das actividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Activos fixos tangíveis		0,00	-703,00
Activos fixos intangíveis			
Investimentos financeiros			
Outros activos		-4.669,09	-4.894,28
Recebimentos provenientes de:			
Activos fixos tangíveis			
Activos fixos intangíveis			
Investimentos financeiros		291.808,33	132.950,95
Outros activos		223.532,86	
Subsídios ao investimento			
Juros e rendimentos similares		204.151,68	298.475,53
Dividendos			
Fluxo de caixa das actividades de investimento (2)		714.823,78	425.829,20
Fluxos de caixa das actividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos			
Doações			
Outras operações de financiamento			
Pagamentos respeitantes a:			
Juros e gastos similares			
Outras operações de financiamento			
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)		0,00	0,00
Varição de caixa e seus equivalentes (1)+(2)+(3)		645.546,47	345.048,89
Caixa e seus equivalentes no início do período		640.792,69	295.743,80
Caixa e seus equivalentes no fim do período		1.286.339,16	640.792,69

Aveiro, 16 de Junho de 2015

O Técnico Oficial de Contas,

 Dr. Fernando Manuel Mano de Brito

O Conselho de Administração,

 Eng.º Vasco Fernando Ferreira Lagarto

 Dr. Luis Filipe Garrido Pais de Sousa

 António Salazar de Melo

 Dr. Alberto Spoto de Miranda

 Dr Paulo Manuel Matias Ramalheira

Anexo VII

• Anexo

ANEXO

Período de 2014

1. Identificação da entidade:

A Fundação Engenheiro António Pascoal é uma associação de direito privado com o NIPC 504 326 538, com sede na Av.ª Dr. Lourenço Peixinho, em Aveiro.

Estatutariamente, a Fundação prossegue fins culturais, educativos e assistenciais, tendo obtido a declaração de Utilidade Pública, nos termos do Dec. Lei nº 460/77, de 7 de Novembro, com a redacção dada pelo Dec. Lei nº 391/2007, de 13 de Novembro, pelo despacho nº 29192/2008 de sua Ex.ª. o Primeiro Ministro, datado de 5 de Novembro, cuja publicação ocorreu no DR da 2ª série de 13 de Novembro.

2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras:

2.1 – As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos registos contabilísticos da Fundação e de acordo com as normas das entidades do sector não lucrativo (ESNL). Devem entender-se como fazendo parte daquelas normas as Bases para a Apresentação de Demonstrações Financeiras, os Modelos de Demonstrações Financeiras, o Código de Contas, as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF-ESNL) e as Normas Interpretativas.

2.2 – No presente exercício não foram derrogadas quaisquer disposições do ESNL.

3. Principais políticas contabilísticas:**3.1. Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras:****3.1.1. Activos fixos tangíveis:****a) Critérios de mensuração usados para determinar a quantia escriturada bruta:**

Os activos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição deduzido das respectivas depreciações acumuladas e perdas por imparidade.

Os custos subsequentes são reconhecidos como activos fixos tangíveis apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros. As despesas de manutenção e reparação são reconhecidas como gasto à medida que são incorridas de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

b) Métodos de depreciação usados:

As depreciações dos activos tangíveis são calculadas numa base sistemática segundo o método da linha recta fraccionada em duodécimos. Os terrenos não são depreciados

c) Vidas úteis ou taxas de depreciação usadas:

Os activos fixos tangíveis são depreciados de acordo com os seguintes períodos de vida útil esperada dos bens:

Activos fixos tangíveis	Nº anos
Edifícios	50
Equipam. Administrativo	3 a 10

ANEXO

2
Am
Au

3.1.2. Propriedades de investimento

As propriedades de investimento compreendem terrenos e edifícios para obter rendimento, e não para uso ou para venda no decurso ordinário do negócio.

As propriedades de investimento são registadas ao custo de aquisição acrescido de dispêndios directamente atribuíveis, deduzido de qualquer depreciação e quaisquer perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas sistematicamente pelo método de linha recta, de uma forma consistente de período para período. De acordo com este método, a depreciação é constante durante a vida útil do activo se o seu valor residual não se alterar. As taxas de depreciação decorrem dos anos de vida útil estimados. As depreciações que integram as propriedades de investimento iniciam-se quando estas estiverem disponíveis para uso, numa base de duodécimos, e só cessam na data em que forem desconhecidas ou classificadas como detidas para venda. Os gastos incorridos (manutenções, reparações, seguros e impostos), a par dos rendimentos/rendas obtidos com propriedades de investimento, são reconhecidos na demonstração dos resultados do período a que se referem.

3.1.3. Imparidade de activos

A Fundação avalia à data do balanço se há algum indício de que um activo possa estar em imparidade. Sempre que a quantia escriturada pela qual o activo se encontra registado é superior à sua quantia recuperável é reconhecida uma perda por imparidade, registada como um gasto.

3.1.4. Instrumentos financeiros

i) Dívidas de terceiros

As dívidas de terceiros são registadas ao custo e apresentadas no balanço deduzidas de eventuais perdas por imparidade, de forma a reflectir o seu valor realizável líquido.

As perdas por imparidade são registadas na sequência de eventos ocorridos que indiquem, objectivamente e de forma quantificável, que a totalidade ou parte do saldo em dívida não será recebido. As perdas por imparidade são ajustadas em função da evolução das contas correntes, designadamente no que respeita ao detalhe das operações que a integram, sendo que os reforços são reconhecidos como gastos do período, as reversões, decorrentes da cessação total ou parcial do risco, nos rendimentos e as utilizações, para cobertura da perda efectiva do crédito, deduzidas directamente nas contas correntes.

ii) Dívidas a terceiros

As dívidas a fornecedores ou a outros terceiros que não vencem juros são registadas ao custo. O seu desconhecimento só ocorre quando cessarem as obrigações decorrentes dos contratos, designadamente quando tiver havido lugar a liquidação, cancelamento ou expiração.

iii) Caixa e depósitos bancários

Os montantes incluídos na rubrica "Caixa e depósitos bancários" correspondem aos valores de caixa, depósitos à ordem, depósitos a prazo e outros depósitos bancários que sejam mobilizáveis sem risco significativo de alteração de valor. Se o seu vencimento for inferior a 12 meses, são reconhecidos no activo corrente; caso contrário, e ainda quando existirem limitações à disponibilidade ou movimentação, são reconhecidos no activo não corrente.

iv) Outros activos financeiros

Os outros activos financeiros são mensurados ao justo valor, com contrapartida em resultados.

ANEXO

3.1.5. Provisões, passivos contingente e ativos contingentes

As provisões são reconhecidas apenas quando existe uma obrigação presente resultante de um evento passado, seja provável que, para a resolução dessa obrigação, ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação, ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado. As provisões são revistas na data de balanço e são ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa a essa data. As provisões para fazer face a custos de reestruturação são reconhecidas sempre que exista um plano formal e detalhado de reestruturação e que o mesmo tenha sido comunicado às partes envolvidas.

Os passivos contingentes são definidos pela Fundação como: i) obrigações possíveis que surjam de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais acontecimentos futuros, incertos e não totalmente sob o seu controlo; ou (ii) obrigações presentes que surjam de acontecimentos passados mas que não são reconhecimento porque não é provável que o efluxo de recursos que incorpore benefícios económicos seja necessário para liquidar a obrigação, ou a quantia da obrigação não pode ser mensurada com suficiente fiabilidade. Os passivos contingentes são divulgados, a menos que seja remota a possibilidade de um efluxo de recursos.

Os ativos contingentes surgem normalmente de eventos não planeados ou outros esperados que darão origem à possibilidade de um influxo de benefícios económicos. A Fundação não reconhece ativos contingentes no balanço, procedendo apenas à sua divulgação no anexo se considerar que os benefícios económicos que daí poderão resultar forem prováveis. Quando a sua realização for virtualmente certa, então o ativo não é contingente e o reconhecimento é apropriado.

3.1.6. Regime de acréscimo

Os gastos e rendimentos são registados no período a que se referem, independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o regime de acréscimo. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas são registadas nas rubricas "Outras contas a receber e a pagar" ou "Diferimentos".

3.1.7. Rédito

O rédito de juros e dividendos, decorrentes da actividade ordinária da fundação, é reconhecido pelo seu justo valor.

3.1.8. Imposto sobre o rendimento do período

O imposto sobre o rendimento é calculado com base nos resultados tributáveis da fundação e não tem em conta a tributação diferida.

As declarações de rendimentos para efeitos fiscais são passíveis de revisão e correcção pela Administração Fiscal durante um período de 4 anos, pelo que as declarações relativas aos anos de 2011 a 2014 poderão vir a ser corrigidas, não sendo expectável, no entanto, que das eventuais correcções venha a decorrer um efeito significativo nas presentes demonstrações financeiras.

3.1.9. Benefícios dos empregados

Os benefícios de curto prazo dos empregados incluem salários, subsídios de alimentação, subsídios de férias e de Natal e quaisquer outras retribuições adicionais decididas pontualmente pelo Conselho de Administração.

As obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas como gastos no período em que os serviços são prestados, numa base não descontada, por contrapartida do reconhecimento de um passivo que se extingue pelo respectivo pagamento.

De acordo com a legislação laboral aplicável, o direito a férias e subsídio de férias relativo ao período, por este

ANEXO

coincidir com o ano civil, vence-se em 31 de Dezembro de cada ano, sendo somente pago durante o período seguinte, pelo que os gastos correspondentes encontram-se reconhecidos como benefícios de curto prazo e tratados de acordo com o anteriormente referido.

3.2. Eventos subsequentes

Os eventos ocorridos após a data do balanço que proporcionem provas ou informações adicionais sobre as condições que existam à data do balanço ("acontecimentos que dão lugar a ajustamentos") são reflectidos nas demonstrações financeiras da Fundação. Os eventos após a data do balanço que sejam indicativos de condições que surgiram após a data do balanço ("acontecimentos que não dão lugar a ajustamento"), quando materiais, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

3.3 – Principais pressupostos relativos ao futuro:

As demonstrações financeiras foram preparadas numa perspectiva de continuidade não tendo a entidade intenção nem necessidade de liquidar ou reduzir drasticamente o nível das suas operações. No entanto, mantém-se elevado o grau de incerteza relativamente aos benefícios a obter das aplicações detidas no BPP, o que poderá provocar ajustamento material nas quantias escrituradas, sem contudo colocar em causa as actividades da Fundação.

4. Fluxos de caixa:**4.1. Caixa e seus equivalentes:**

Os montantes incluídos na rubrica de "Caixa e seus equivalentes" correspondem aos valores de caixa, depósitos à ordem, depósitos a prazo e outros depósitos bancários imediatamente realizáveis.

4.2. Desagregação dos valores incluídos na rubrica "Caixa e seus equivalentes":

Rubrica	2014	2013
Caixa	161,17	78,33
Depósitos à ordem	202.685,27	509.215,80
Depósitos a prazo	1.083.492,72	131.498,56
Total	1.286.339,16	640.792,69

5. Activos fixos tangíveis:**5.1. Divulgações sobre activos fixos tangíveis.****a) Bases de mensuração:**

Os activos tangíveis estão valorizados de acordo com o modelo do custo, segundo o qual um item de activo fixo tangível é escriturado pelo seu custo menos depreciações e quaisquer perdas por imparidade acumulada.

ANEXO

5
[Handwritten signature]

b) Método de depreciação usado:

A Fundação deprecia os seus bens do activo fixo tangível de acordo com o método da linha recta, por duodécimos. De acordo com este método, a depreciação é constante durante a vida útil do activo se o valor residual não se alterar.

c) Vidas úteis e taxas de depreciação usadas:

As depreciações do período são calculadas tendo em consideração as seguintes vidas úteis e taxas de depreciação médias, salvo quanto às aquisições cujo valor não ultrapasse € 1.000,00, que são depreciadas a 100 %:

Activos fixos tangíveis	Vida útil	Taxa Amortização
Edifícios e outras construções	50	2%
Equipamento administrativo	3-8	12,5% a 33,33%

d) Durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2014 e de 2013 o movimento ocorrido no montante dos activos fixos tangíveis, bem como nas respectivas amortizações acumuladas foi o seguinte:

	2014					
	Terrenos	Edifícios	Equipam. transporte	Equipam. administ.	Outros activos	Total
Activos						
Saldo Inicial	249.398,95	748.196,84		10.113,85	580,00	1.008.289,64
Aquisições						0,00
Alienações						0,00
Abates						0,00
Total	249.398,95	748.196,84		10.113,85	580,00	1.008.289,64
Depreciações acumuladas e perdas por imparidade						
Saldo Inicial	0,00	224.459,07		8.362,89	20,71	232.842,67
Depreciações do exercício		14.963,94		375,10	82,82	15.421,86
Anulações						
Total	0,00	239.423,01		8.737,99	103,53	248.264,53
Activos líquidos	249.398,95	508.773,83		1.375,86	476,47	760.025,11

ANEXO

6
 11/11/13
 M
 A
 AL

	2013					Total
	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipam. transporte	Equipam. administ.	Outros activos	
Activos						
Saldo Inicial	249.398,95	748.196,84	500,00	14.234,65		1.012.330,44
Aquisições				123,00	580,00	703,00
Alienações						0,00
Abates			500,00	4.243,80		4.743,80
Total	249.398,95	748.196,84	0,00	10.113,85	580,00	1.008.289,64
Depreciações acumuladas e perdas por imparidade						
Saldo Inicial		209.495,13		12.093,50		221.588,63
Depreciações do exercício		14.963,94		513,19	20,71	15.497,84
Anulações				4.243,80		4.243,80
Total	0,00	224.459,07	0,00	8.362,89	20,71	232.842,67
Activos líquidos	249.398,95	523.737,77	0,00	1.750,96	559,29	775.446,97

6. Propriedades de investimento:

a) Modelo aplicado

As propriedades de investimento são registadas ao custo de aquisição acrescidos de dispêndios directamente atribuíveis deduzido de depreciações e quaisquer perdas por imparidade acumuladas.

b) Quantias reconhecidas nos resultados

	2014	2013
Rendimentos de rendas	25.017,16	39.198,40
Gastos em propriedades de investimento	4.669,09	4.894,28

c) Método de depreciação usado:

A Fundação deprecia as propriedades de investimento de acordo com o método da linha recta, por duodécimos.

d) Vidas úteis e taxas de depreciação usadas:

As depreciações do período são calculadas tendo em consideração as seguintes vidas úteis e taxas de depreciação médias:

Activos fixos tangíveis	Vida útil	Taxa Amortização
Edifícios e outras construções	50	2%

ANEXO

7
 J. M. P.
 M. A. P.
 M. A. P.

e) Quantia escriturada bruta e depreciação acumulada no início e no fim do período:

Propriedades de investimento	Quantia escriturada bruta		Depreciação acumulada	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Terreno Quinta de s. João – Cantanhede	38.424,72	38.424,72		
Terreno Lote 12 – Mira	149.639,37	149.639,37		
Terreno Lote 3 – Cantanhede	263.603,28	263.603,28		
Terreno Lote 10 – Cantanhede	25.500,00	25.500,00		
Prédio Rua Cândido dos Reis	249.398,95	249.398,95	59.855,73	56.114,75
Prédio Rua de S. Martinho	69.831,71	69.831,71	16.759,64	15.712,16
Prédio Av. Fernão Magalhães – Bloco 8	99.759,58	99.759,58	23.942,28	22.445,89
Prédio Av. Fernão Magalhães – Bloco 4	69.831,71	69.831,71	16.759,64	15.712,16
Prédio Edifício Esplanada	89.783,62	89.783,62	21.548,04	20.201,29
Prédio Edifício Portugal	89.783,62	89.783,62	21.548,04	20.201,29
Total	1.145.556,56	1.145.556,56	160.413,37	150.387,54

e) Reconciliação da quantia escriturada das propriedades de investimento no início e no fim do período:

2014	2013
------	------

Descrição		2014			2013		
		Terrenos	Edifícios	Total	Terrenos	Edifícios	Total
Activos							
Saldo Inicial		477.167,37	668.389,19	1.145.556,56	477.167,37	668.389,19	1.145.556,56
Aquisições				0,00			0,00
Alienações				0,00			0,00
Abates				0,00			0,00
Total	(1)	477.167,37	668.389,19	1.145.556,56	477.167,37	668.389,19	1.145.556,56
Depreciações acumuladas e perdas por imparidade							
Saldo Inicial		0,00	150.387,54	150.387,54		140.361,71	140.361,71
Depreciações do exercício			10.025,83	10.025,83		10.025,83	10.025,83
Anulações							0,00
Total	(2)	0,00	160.413,37	160.413,37	0,00	150.387,54	150.387,54
Activos líquidos (1)-(2)=	(3)	477.167,37	507.975,82	985.143,19	477.167,37	518.001,65	995.169,02

7. Réditos

a) Políticas contabilísticas adoptadas para o reconhecimento do rédito

A Fundação reconhece os réditos de acordo com os seguintes critérios:

- i) Juros – são reconhecidos utilizando o método do juro efectivo;
- ii) Dividendos – são reconhecidos a partir do momento em que se estabelece o direito do accionista a receber o pagamento.

ANEXO

b) Quantia de cada categoria significativa de rédito reconhecida durante o período:

	2014	2013
Juros	16.443,90	2.912,41
Dividendos		0,00
Total	16.443,90	2.912,41

8. Provisões, passivos contingentes e activos contingentes

A Fundação reconhece uma provisão quando, cumulativamente, exista uma obrigação presente como resultado de um acontecimento passado, seja provável que um efluxo de recursos que incorpore benefícios económicos será necessário para liquidar a obrigação e que possa ser feita uma estimativa fiável da quantia da obrigação.

Provisões	31/12/2013	Constituição	Utilização	Reversão	31/12/2014
Processo judicial em curso		47.134,50			47.134,50

O subarrendatário do prédio sito na Rua Cândido dos Reis moveu uma ação judicial contra a Fundação por danos provocados nos bens do mesmo, ocasionados por infiltração de águas pluviais com origem no telhado.

Considerando que as obras necessárias não efetuadas são da exclusiva responsabilidade do proprietário, há um elevado risco de uma condenação judicial, estando em discussão o valor pedido. O valor da indemnização pedida é de € 62.845,70 e, como medida cautelar, foi constituída uma provisão no valor de € 47.134,50.

9. Imposto sobre o rendimento

De acordo com o n.1, alínea b) do artigo 3.º do código do IRC a Fundação é tributada pelo rendimento global, correspondente à soma algébrica dos rendimentos das diversas categorias consideradas para efeitos de IRS e, bem assim, dos incrementos patrimoniais obtidos a título gratuito, das pessoas colectivas ou entidades que não exerçam, a título principal, uma actividade de natureza comercial, industrial ou agrícola;

10. Instrumentos financeiros**Base de mensuração**

Os instrumentos financeiros encontram-se mensurados de acordo com os seguintes critérios:

10.1. Clientes e outras dívidas de terceiros

As dívidas dos clientes e as dívidas de outros devedores ao custo são mensuradas ao custo menos qualquer perda de imparidade. As perdas por imparidade são registadas na sequência de eventos ocorridos que indiquem, objectivamente e de forma quantificável, que a totalidade ou parte do saldo em dívida não será recebido.

As dívidas de clientes ou de outros devedores são registadas pelo seu valor nominal dado que não vencem juros e o efeito do desconto é considerado imaterial.

Rubricas	31/12/2014	31/12/2013
Clientes e utentes	0,00	0,00
Devedores por acréscimo de rendimentos	14.548,76	36.138,44
Devedores diversos	0,00	14.942,00
Total	14.548,76	51.080,44

ANEXO**10.2. Fornecedores e outras dívidas a terceiros**

As dívidas a fornecedores e a outros credores são mensuradas pelo método do custo e são registadas pelo seu valor nominal dado que não vencem juros e o efeito de desconto é considerado imaterial.

Rubricas	31/12/2014	31/12/2013
Fornecedores	(4.273,26)	(432,80)
Total de fornecedores	(4.273,26)	(432,80)
Credores por acréscimos de gastos	(4.574,75)	(4.625,20)
Credores diversos	(1.107,00)	(1.107,00)
Total de outras contas a pagar	(5.681,75)	(5.732,20)

10.3. Outros activos financeiros

Os outros activos financeiros são mensurados ao justo valor, com contrapartida em resultados.

a) Esta rubrica apresenta a seguinte decomposição:

Outros instrumentos financeiros	31/12/2014	31/12/2013
<u>Activos não correntes</u>		
Fundo de Gestão passiva (BPN)	947.752,56	1.233.117,21
Outros	19.951,92	19.951,92
Total	967.704,48	1.253.069,13
<u>Activos Correntes</u>		
Partes de capital – Acções	1.250,00	1.511,83
Aplicações BPP (1)	0,00	223.532,86
Total	1.250,00	225.044,69

O Fundo denominado "Fundo de Gestão Passiva - Fundo Especial de Investimento Fechado" foi constituído através da aquisição de Unidades de participação (UP's) mediante a adesão à aplicação à proposta de reestruturação do produto de Retorno Absoluto Investimento Indirecto com Garantia.

- (1) Durante o ano de 2014, a Fundação foi reembolsada em 250.000 euros, valor máximo previsto, no âmbito do processo de falência do BPP.

b) Ganhos e perdas líquidas reconhecidas de activos financeiros mensurados ao justo valor

Activos financeiros mensurados ao justo valor	Aumentos justo valor		Reduções de justo valor		Valor líquido	
	2014	2013	2014	2013	2014	2013
Partes de capital - Acções		36,29	(261,83)	0,00	(261,83)	36,29
Aplicações BPP:						
Fundo de Gestão passiva	6.443,68	115.855,37		0,00	6.443,68	115.855,37
Total	6.443,68	115.891,66	(261,83)	0,00	6.185,85	115.891,66

ANEXO

c) Rendimentos em outros activos financeiros

	2014	2013
Fundos PFUCIM	113.356,80	285.101,69
BPP	26.467,14	
Total	139.823,94	285.101,69

10.4. Fundos Patrimoniais

	Saldo inicial	Varição	Saldo Final
Fundos	4.267.208,30	0,00	4.267.208,30
Outras reservas	60.000,00	0,00	60.000,00
Resultados transitados	(743.154,23)	334.301,36	(408.852,87)
Resultado liquido do período	334.301,36	(297.733,21)	36.568,15
Total	3.918.355,43	36.568,15	3.954.923,58

11. Benefícios dos empregados:

Os gastos com pessoal foram os seguintes:

Gastos com o Pessoal	2014	2013
Remuneração do pessoal	11.669,08	11.443,62
Encargos s/ remunerações	2.088,65	2.059,91
Seguro acidentes de trabalho	179,11	193,34
Total	13.936,84	13.696,87

O número médio de pessoas ao serviço é 1.

12. Divulgações ao abrigo de outras disposições legais:

12.1. Dívidas ao Estado e à Segurança Social

À data de balanço, a Fundação não dispunha de qualquer dívida ao Estado ou à Segurança Social em situação de mora ou incumprimento.

13. Outras informações:

13.1. Acontecimentos após a data do balanço:

13.1.1. Autorização para emissão

As demonstrações financeiras foram autorizadas para emissão pelo Conselho Administração na data que se encontra mencionada no Relatório de gestão.

13.1.2. Actualização da divulgação acerca das condições à data do balanço

Entre a data do balanço e a data da autorização para emissão das demonstrações financeiras não foram recebidas quaisquer informações acerca de condições que existiam à data do Balanço, pelo que não foram efectuados ajustamentos das quantias reconhecidas nas presentes demonstrações financeiras.

Ent
U
A
M
A

ANEXO

11
 Eng.º
 UPA
 A
 M. J.

13.2. Estado e outros entes públicos

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, a rubrica «Estado e outros entes públicos» apresentava a seguinte decomposição, não se encontrando qualquer valor em mora:

Rubricas	31/12/2014	31/12/2013
Activos		
Retenções na fonte (capitais)		
Total		
Passivos		
Retenções na fonte (capitais)	664,72	727,71
IRC estimado	(2.521,27)	(15.054,21)
Retenção de imposto s/ rendimento	(289,99)	(241,99)
Contribuição para a Segurança Social	(445,56)	(438,86)
Total	(2.592,10)	(15.007,35)

13.3. Diferimentos

Rubricas	31/12/2014		31/12/2013	
	Débito	Crédito	Débito	Crédito
Gastos a reconhecer	870,49		885,04	
Rendimentos a reconhecer		(1.1276,00)		(1.960,20)
Total	870,49	(1.276,00)	885,04	(1.960,20)

13.4. Fornecimentos e serviços externos

Rubricas	31/12/2014	31/12/2013
Trabalhos especializados	137,58	157,97
Vigilância e segurança	0,00	0,00
Honorários	16.215,84	15.108,84
Conservação e reparação	8.504,67	80,00
Serviços bancários	1.222,92	3.049,82
Outros serviços	1.469,85	0,00
Livros e documentação técnica	0,00	0,00
Material de escritório	138,99	383,92
Outros materiais	694,74	502,48
Electricidade	647,70	512,54
Combustível	0,00	30,83
Água	1.058,14	739,23
Deslocações e estadas	800,00	1.182,20
Comunicações	1.068,17	958,54
Seguros	1.114,98	1.100,46
Contencioso e notariado	11,00	430,18
Despesas de representação	122,00	0,00
Limpeza, higiene e conforto	2.927,40	2.927,40
Outros serviços (manutenção jardim)	2.016,90	239,85
Outros não especificados	500,65	274,85
Total	38.651,53	27.679,11

ANEXO

13.5. Outros gastos e perdas

Rubricas	31/12/2014	31/12/2013
Impostos (directos e indirectos)	2.994,11	3.051,03
Abates	0,00	500,00
Gastos em propriedades de investimento	4.669,09	4.894,28
Correcções relativas a exercícios anteriores	0,00	474,76
Donativos	15.450,00	16.420,00
Quotizações	500,00	500,00
Insuficiência da estimativa para impostos	10,67	0,00
Dª Laura Pascoal	600,00	600,00
Missas	260,00	360,00
Outros gastos diversos		88,23
Total	24.483,87	26.888,29

13.6. Outros rendimentos e ganhos

Rubricas	31/12/2014	31/12/2013
Rendimentos e ganhos em investimentos não Financeiros	26.294,16	39.198,40
Ganhos em instrumentos financeiros	139.823,94	285.101,69
Juros Obtidos	16.443,90	2.912,41
Outros rendimentos e ganhos	0,00	39,35
Total	182.562,00	327.251,85

Aveiro, 16 de Junho de 2015

O Técnico Oficial de Contas,

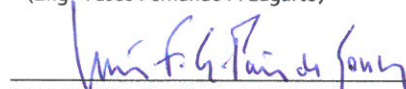


(Dr. Fernando Manuel Mano Brito)

O Conselho de Administração,



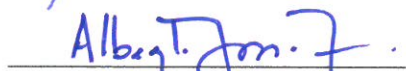
(Engº Vasco Fernando F. Lagarto)



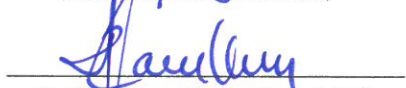
(Dr. Luis Filipe Garrido Pais de Sousa)



(António Salazar de Melo)



(Dr. Alberto Souto de Miranda)



(Dr. Paulo Manuel Matias Ramalheira)

Anexo VIII

- ♦ **Balancetes de Razão antes e após apuramento de resultados**

Fundação Engenheiro António Pascoal



Rectificação 2014

BALANCETE DO RAZÃO

Conta	Designação	Movimentos do Mês		Movimentos		Saldo Totais
		Débito	Crédito	Débito	Crédito	
11	CAIXA	0,00	0,00	2 828,33	2 667,16	161,17
12	DEPÓSITOS À ORDEM	0,00	0,00	1 739 554,80	1 536 869,53	202 685,27
13	OUTROS DEPÓSITOS BANCÁRIOS	0,00	0,00	1 129 235,75	45 743,03	1 083 492,72
14	OUTROS INSTRUMENTOS FINANCEIROS	0,00	261,83	225 044,69	223 794,69	1 250,00
22	FORNECEDORES	0,00	0,00	14 063,86	18 337,12	-4 273,26
23	PESSOAL	0,00	0,00	8 892,58	8 892,58	0,00
24	ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS	0,00	0,00	67 420,27	67 491,10	-70,83
27	OUTRAS CONTAS A RECEBER E A PAGAR	388,99	4 585,42	78 019,17	69 152,16	8 867,01
28	DIFERIMENTOS	0,00	0,00	3 715,73	4 121,24	-405,51
29	PROVISÕES	0,00	47 134,50	0,00	47 134,50	-47 134,50
41	INVESTIMENTOS FINANCEIROS	6 443,68	0,00	1 259 512,81	291 808,33	967 704,48
42	PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO	0,00	10 025,83	1 145 556,56	160 413,37	985 143,19
43	ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS	0,00	15 421,86	1 008 289,64	248 264,53	760 025,11
51	FUNDOS	0,00	0,00	0,00	4 267 208,30	-4 267 208,30
55	RESERVAS	0,00	0,00	0,00	60 000,00	-60 000,00
56	RESULTADOS TRANSITADOS	0,00	0,00	743 154,23	334 301,36	408 852,87
62	FORNECIM. E SERVIÇOS EXTERNOS	15,07	0,00	38 663,71	12,18	38 651,53
63	GASTOS COM PESSOAL	1 636,37	0,00	13 936,84	0,00	13 936,84
64	GASTOS DE DEPRECIACÃO E AMORTIZACÃO	25 447,69	0,00	25 447,69	0,00	25 447,69
66	PERDAS POR REDUÇÃO DE JUSTO VALOR	261,83	0,00	261,83	0,00	261,83
67	PROVISÕES DO PERIODO	47 134,50	0,00	47 134,50	0,00	47 134,50
68	OUTROS GASTOS E PERDAS	2 933,98	0,00	24 483,87	0,00	24 483,87
77	CANHOS POR AUMENTO DE JUSTO VALOR	0,00	6 443,68	0,00	6 443,68	-6 443,68
78	OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS	0,00	0,00	0,00	166 118,10	-166 118,10
79	JUROS, DIVIDENDOS E OUTROS	0,00	388,99	0,00	16 443,90	-16 443,90
81	RESULTADO LÍQUIDO DO PERIODO	0,00	0,00	334 301,36	334 301,36	0,00
Total		84 262,11	84 262,11	7 909 518,22	7 909 518,22	0,00

Fundação Engenheiro António Pascoal

A hand
UPE
m

Resultados 2014

BALANCETE DO RAZÃO

Conta	Designação	Movimentos do Mês		Movimentos		Saldos Totais
		Débito	Crédito	Débito	Crédito	
11	CAIXA	0,00	0,00	2 828,33	2 667,16	161,17
12	DEPÓSITOS À ORDEM	0,00	0,00	1 739 554,80	1 536 869,53	202 685,27
13	OUTROS DEPÓSITOS BANCÁRIOS	0,00	0,00	1 129 235,75	45 743,03	1 083 492,72
14	OUTROS INSTRUMENTOS FINANCEIROS	0,00	0,00	225 044,69	223 794,69	1 250,00
22	FORNECEDORES	0,00	0,00	14 063,86	18 337,12	-4 273,26
23	PESSOAL	0,00	0,00	8 892,58	8 892,58	0,00
24	ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS	0,00	0,00	67 420,27	70 012,37	-2 592,10
27	OUTRAS CONTAS A RECEBER E A PAGAR	0,00	0,00	78 019,17	69 152,16	8 867,01
28	DIFERIMENTOS	0,00	0,00	3 715,73	4 121,24	-405,51
29	PROVISÕES	0,00	0,00	0,00	47 134,50	-47 134,50
41	INVESTIMENTOS FINANCEIROS	0,00	0,00	1 259 512,81	291 808,33	967 704,48
42	PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO	0,00	0,00	1 145 556,56	160 413,37	985 143,19
43	ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS	0,00	0,00	1 008 289,64	248 264,53	760 025,11
51	FUNDOS	0,00	0,00	0,00	4 267 208,30	-4 267 208,30
55	RESERVAS	0,00	0,00	0,00	60 000,00	-60 000,00
56	RESULTADOS TRANSITADOS	0,00	0,00	743 154,23	334 301,36	408 852,87
62	FORNECIM. E SERVIÇOS EXTERNOS	0,00	0,00	38 663,71	38 663,71	0,00
63	GASTOS COM PESSOAL	0,00	0,00	13 936,84	13 936,84	0,00
64	GASTOS DE DEPRECIACÃO E AMORTIZACÃO	0,00	0,00	25 447,69	25 447,69	0,00
66	PERDAS POR REDUÇÃO DE JUSTO VALOR	0,00	0,00	261,83	261,83	0,00
67	PROVISÕES DO PERIODO	0,00	0,00	47 134,50	47 134,50	0,00
68	OUTROS GASTOS E PERDAS	0,00	0,00	24 483,87	24 483,87	0,00
77	GANHOS POR AUMENTO DE JUSTO VALOR	0,00	0,00	6 443,68	6 443,68	0,00
78	OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS	0,00	0,00	166 118,10	166 118,10	0,00
79	JUROS, DIVIDENDOS E OUTROS	0,00	0,00	16 443,90	16 443,90	0,00
81	RESULTADO LÍQUIDO DO PERIODO	41 610,69	41 610,69	528 349,58	564 917,73	-36 568,15
Total		41 610,69	41 610,69	8 292 572,12	8 292 572,12	0,00

Anexo IX

- **Relatório de Auditoria**

RELATÓRIO DE AUDITORIA

Introdução

1. Examinámos as demonstrações financeiras da **FUNDAÇÃO ENGENHEIRO ANTÓNIO PASCOAL**, as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2014 (que evidencia um total de 4.015.881 euros e um total de capital próprio de 3.954.924 euros, incluindo um resultado líquido de 36.568 euros), as Demonstrações dos resultados por naturezas, das alterações nos fundos patrimoniais e dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data, e o Anexo.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Fundação, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

Âmbito

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas e Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:
 - a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;
 - a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
 - a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e
 - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.
5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.
6. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Opinião

7. Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da Fundação Engenheiro António Pascoal, em 31 de Dezembro de 2014, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para as entidades do sector não lucrativo (ESNL).

Relato sobre outros requisitos legais

8. É também nossa opinião que a informação constante do relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício.

Enfases

9. Sem afectar a opinião expressa no parágrafo n.º 7 acima, chamamos a atenção para o facto de a Fundação ter recebido 250.000 euros correspondentes à garantia do Estado, no âmbito do processo do extinto BPP, cujo montante saldou a verba pendente que se encontrava registado em "Outros activos financeiros", e que vinha sendo objecto de reserva por limitação em períodos anteriores.

Porto, 8 de Julho de 2015

carlos teixeira, noé gomes,
& associado, sroc, lda.

Carlos Teixeira, Noé Gomes & Associado, SROC, Lda. (nº 28)
Representada por Jorge Marques Pereira Ribeiro (ROC n.º 1009)

Anexo X

- **Relatório e parecer do Fiscal Único**

RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

Exmos. Membros do Conselho Geral da
FUNDAÇÃO ENGENHEIRO ANTÓNIO PASCOAL

Em conformidade com a lei e com os estatutos, apresentamos o relatório sobre a acção fiscalizadora e o parecer sobre o relatório, contas e propostas apresentados pelo Conselho de Administração, respeitantes ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2014.

Relatório

(1) No cumprimento do mandato que nos foi conferido e no âmbito das competências e deveres que legalmente nos estão atribuídos, procedemos:

- à fiscalização da administração da Fundação;
- à vigilância da observância da lei e do cumprimento dos estatutos;
- à verificação da regularidade dos livros, registos contabilísticos documentação de suporte;
- à verificação da exactidão do balanço, das demonstrações dos resultados por naturezas, das alterações nos fundos patrimoniais e dos fluxos de caixa, e do anexo;
- à verificação da conformidade dos princípios contabilísticos adoptados e critérios valorimétricos utilizados;
- à apreciação do relatório de gestão do exercício elaborado pelo Conselho de Administração e das propostas nele contidas;
- à emissão, na qualidade de revisor oficial de contas, do Relatório de auditoria.

(2) Para o desempenho das nossas funções usámos os poderes que nos são conferidos na lei e nos estatutos, tendo:

- através do trabalho desenvolvido como revisor oficial de contas, realizado as verificações de natureza contabilística consideradas adequadas e as verificações físicas tidas por convenientes;
- obtido do Conselho de Administração e dos serviços, cuja colaboração nos cumpre agradecer, as informações e esclarecimentos que solicitámos sobre os negócios, a actividade e a situação da Fundação.

(3) Em consequência da acção fiscalizadora desenvolvida e do exame das contas que conduziu à certificação legal das contas que apresentámos, concluímos que:

- os actos da administração do nosso conhecimento se enquadram no objecto da Fundação e respeitam o cumprimento da lei e dos estatutos;

- a contabilidade, o balanço, as demonstrações dos resultados por naturezas, das alterações nos fundos patrimoniais e dos fluxos de caixa, e o anexo satisfazem as disposições legais e estatutárias;
- o relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras, clarifica a actividade desenvolvida e a situação da Fundação e observa os demais preceitos legais aplicáveis.

Parecer

(4) Nesta conformidade, somos de parecer que:

- sejam aprovados o relatório de gestão e as contas do exercício de 2014 apresentados pelo Conselho de Administração;
- seja aprovada a proposta de aplicação de resultados contida no relatório de gestão.

Porto, 8 de Julho de 2015

O Fiscal Único

carlos teixeira, noé gomes
& associado, sroc, lda

Jorge Marques Pereira Ribeiro
CARLOS TEIXEIRA, NOÉ GOMES & ASSOCIADO, SROC, LDA. (n.º 28)
Representada por Jorge Marques Pereira Ribeiro (ROC n.º 1009)

Anexo XI

- **Plano de actividades e orçamento para 2015**

FUNDAÇÃO ENGENHEIRO ANTÓNIO PASCOAL

- Assistência - Educação - Cultura -
- Aveiro -

Plano de actividades para 2015

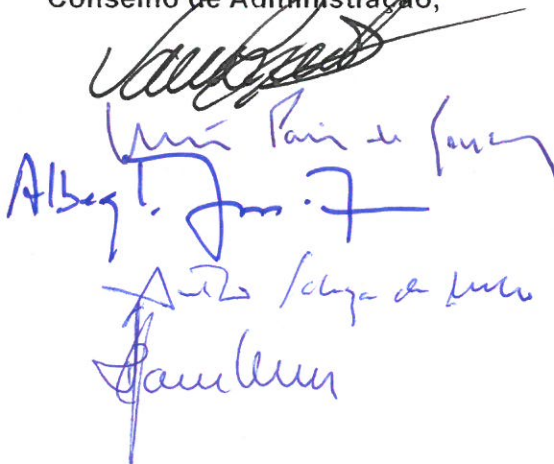
A Fundação continuará a investir na sua abertura à comunidade envolvente, tirando partido das ligações que têm vindo a ser criadas com outras entidades (formais ou informais), oferecendo as suas infraestruturas para a realização de encontros e eventos.

A evolução financeira de 2014 permite que a Fundação invista mais nas componentes da educação, cultura e assistência, ampliando o seu financiamento para 102.500€ para o corrente ano.

Orçamento para 2015	
Receitas	
Rendas de prédios	20.000,00 €
Rendimento de aplicações	87.500,00 €
TOTAL	107.500,00 €
Despesas	
Fornecimento de serviços de terceiros	37.500,00 €
Ordenados e encargos	14.000,00 €
Impostos (IMI e IRC)	6.000,00 €
Obras de manutenção	15.000,00 €
Diversos	35.000,00 €
TOTAL	107.500,00 €

Aveiro, 4 de julho 2015

Conselho de Administração,


Luís Pais de Sousa
Alberto Jimenez
António Jorge de Sousa
Paulo

